

Estudo Técnico Preliminar

1. Informações Básicas

Número do processo: 23066.043787/2022-59

2. Informações Básicas Iniciais

Nos termos da Lei nº 12.527/2011 e em atendimento ao § 4º do art. 7º da Instrução Normativa nº 40/2020 SEGES/ME informamos que os presentes Estudos Técnicos Preliminares são parte integrante do Processo Administrativo nº 23066.043787/2022-59 e ficarão disponíveis aos interessados para consulta, assegurando-se assim o direito fundamental de acesso à informação em atendimento aos princípios básicos da administração pública.

Do mesmo modo, o procedimento licitatório será público, privilegiando-se a transparência e a publicidade, vez que não há necessidade de manter em sigilo a documentação de instrução do processo.

3. Descrição da necessidade

Consoante descrição e justificativa constantes no presente Estudo Técnico Preliminar, demonstra-se a necessidade de contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços continuados de apoio operacional, com dedicação exclusiva de mão de obra de auxiliar de carga e descarga e contínuo, para atender às demandas das unidades/órgãos da UFBA, tratando-se de atividades específicas e não finalísticas, para execução de serviços auxiliares, instrumentais ou acessórios aos assuntos que constituem área de competência legal dessa Instituição.

Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507/2018, não se constituindo em quaisquer das atividades previstas no art. 3º do aludido decreto, c/c art. 9º da Instrução Normativa nº 05/2017 SEGES/MP, cuja execução indireta é vedada.

Com base no documento de formalização da demanda, a Equipe de Planejamento da Contratação, vinculada à Pró-Reitoria de Administração, elaborou o presente Estudo, conforme às diretrizes estabelecidas na Instrução Normativa nº 40/2020 SEGES/ME.

Os cargos pretendidos na contratação em tela não são inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos do órgão ou da entidade, como é o caso do cargo de auxiliar de carga e descarga ou estão extintos ou postos em extinção, na condição de serem extintos assim que vagarem, situação do cargo de contínuo, atendendo assim o disposto no inciso IV, art. 3º, do Decreto nº 9.507/2018.

Ainda, conforme o § 1º, art. 3º, do Decreto nº 9.507/2018, os serviços auxiliares, instrumentais ou acessórios de que tratam os incisos do caput poderão ser executados de forma indireta, vedada a transferência de responsabilidade para a realização de atos administrativos ou a tomada de decisão para o contratado.

A Instrução Normativa nº 05/2017 SEGES/MP dispõe ainda que:

Art. 7º Nos termos da legislação, serão objeto de execução indireta as atividades previstas em Decreto que regulamenta a matéria.

§ 1º A Administração poderá contratar, mediante terceirização, as atividades dos cargos extintos ou em extinção, tais como os elencados na Lei nº 9.632, de 7 de maio de 1998.

§ 2º As funções elencadas nas contratações de prestação de serviços deverão observar a nomenclatura estabelecida na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), do Ministério do Trabalho, ou outra que vier a substituí-la.

Art. 8º Poderá ser admitida a contratação de serviço de apoio administrativo, considerando o disposto no inciso IV do art. 9º desta Instrução Normativa, com a descrição no contrato de prestação de serviços para cada função específica das tarefas principais e essenciais a serem executadas, admitindo-se pela Administração, em relação à pessoa encarregada da função, a notificação direta para a execução das tarefas.

Em atendimento ao disposto no art. 2º do Decreto nº 9.507/2018, a Portaria MPDG nº 443, de 27 de dezembro de 2018, estabelece:

Art. 1º No âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, serão preferencialmente objeto de execução indireta, dentre outros, os seguintes serviços:

(...)

V - carregamento e descarregamento de materiais e equipamentos;

(...)

XVI - mensageria;

(...)

XXII - serviços de escritório e atividades auxiliares de apoio à gestão de documentação, incluindo manuseio, digitação ou digitalização de documentos e a tramitação de processos em meios físicos ou eletrônicos (sistemas de protocolo eletrônico);

(...)

Parágrafo único. Outras atividades que não estejam contempladas na presente lista poderão ser passíveis de execução indireta, desde que atendidas as vedações constantes no Decreto nº 9.507, de 2018.

Dessa forma, faz-se necessário que os serviços de apoio operacional, com dedicação exclusiva de mão de obra de auxiliar de carga e descarga e contínuo sejam prestados através de execução indireta.

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional 2018-2022 da UFBA, “a infraestrutura física da Universidade é composta por 31 Unidades Universitárias, além de três Hospitais Universitários, três Museus, uma Creche, três Fazendas Experimentais, quatro Residências Universitárias, um Restaurante Universitário e um Centro de Esportes. Praticamente 100% da infraestrutura existente está sendo utilizada.”

Posto isso, fica evidente o porte e a complexidade da estrutura física UFBA.

Nessa perspectiva, a UFBA, para viabilizar a operacionalização de suas atividades administrativas e acadêmicas, conta com seus serviços de correios, subordinados à coordenação de gestão administrativa, conta ainda com os serviços prestados pela coordenação de material e patrimônio, a exemplo da entrega de materiais de consumo, permanentes, remanejamento de bens móveis, além de recolhimento de inservíveis, serviços esses que atendem a toda Instituição, em seus diversos *campi* e unidades dispersas nas cidades de Salvador.

Ademais, a UFBA dispõe também de uma Editora e parte das atividades gráficas da EDUFBA são executadas fora do Órgão (elementos de pós-impressão, como acabamento dos livros, por exemplo). Dentre as atividades administrativas e de logísticas desenvolvidas na EDUFBA estão o envio e recebimento dos títulos, que acontecem diariamente e exige permanente contato com as gráficas, o armazenamento e a movimentação do estoque, a frequente participação em eventos, que exige um deslocamento da infraestrutura do setor, o atendimento às livrarias locais e um envio diário de mercadorias, pelos Correios, para atender a distribuição em todo o território nacional.

Há ainda algumas unidades, tais como o Instituto de Ciências da Saúde e a Escola Politécnica, que necessitam da prestação dos serviços ora propostos para amparar o bom andamento das rotinas e atividades desenvolvidas em suas dependências.

Nesse diapasão, considerando a extensão da Universidade e os diversos serviços prestados a toda Instituição pelos setores demandantes, que dão suporte às atividades administrativas e acadêmicas, de forma a proporcionar uma infraestrutura fundamental e promover as condições adequadas e de logística para fornecimento de ensino e educação de qualidade para a comunidade acadêmica, é manifesta a necessidade da contratação dos serviços ora propostos, visando sempre a eficiência no serviço público.

Tendo em vista tudo quanto exposto acima, trata-se, portanto, de atividade essencial que deve ser prestada de maneira contínua, estendendo-se assim por mais de um exercício financeiro, não devendo sofrer interrupções ou descontinuidade da prestação.

As normas que disciplinam o presente processo licitatório, encontram-se estabelecidas na Lei nº 8.666/1993 que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, e institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, a qual a UFBA (autarquia federal) está subordinada.

Art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, **serviços**, compras e alienações **serão contratados mediante processo de licitação pública** que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Art. 2º e Art. 6º, inciso II, da Lei nº 8.666/1993:

Art. 2º. As obras, **serviços**, inclusive de publicidade, compras, alienações, concessões, permissões e locações **da Administração Pública, quando contratadas com terceiros, serão necessariamente precedidas de licitação, ressalvadas as hipóteses previstas nesta Lei.**

Art. 6º. Para os fins desta Lei, considera-se:

(...)

II - Serviço - toda atividade destinada a obter determinada utilidade de interesse para a Administração, tais como: demolição, conserto, instalação, montagem, operação, conservação, reparação, adaptação, manutenção, transporte, locação de bens, publicidade, seguro ou trabalhos técnico-profissionais;

4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Coordenação de Gestão Administrativa - CGA	Rodrigo Diego Ferreira Saraceno
Coordenação de Material e Patrimônio - CMP	Elieide Santos Orrico
Editora Universitária - EDUFBA	Susane Santos Barros
Escola Politécnica	Tatiana Bittencourt Dumê
Instituto de Ciências da Saúde - ICS	Roberto Paulo Correia de Araújo

5. Descrição dos Requisitos da Contratação

Por se tratar de contratação de serviços por postos de trabalho (alínea “c”, do subitem 10.6, da IN nº 05/2017), a empresa a ser contratada deverá comprovar, mediante a apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que gerencia ou gerenciou serviços de terceirização compatíveis com o objeto licitado, por período não inferior a 03 (três) anos, admitindo-se a apresentação de atestados referentes a períodos sucessivos não contínuos, não havendo obrigatoriedade de os três anos serem ininterruptos, sendo aceito o somatório de atestados, nos termos do item 10.7 do Anexo VII-A da IN nº 05/2017.

Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017.

Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

Tendo em vista se tratar de contratação de serviços continuados com menos de 40 (quarenta) postos, o licitante deverá comprovar que já executou contrato(s) em número de postos equivalentes ao da contratação.

A execução dos serviços deverá obedecer ao disposto na Lei nº 8.666/1993, na Instrução Normativa nº 05/2017 SEGES/MP e demais legislações pertinentes.

O enquadramento das categorias profissionais que serão empregadas no serviço, dentro da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), considerando a disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, é o seguinte:

- CBO 4122-05 para Contínuo
- CBO 7832-10 para Auxiliar de Carga e Descarga

Os serviços serão prestados de segunda a sexta com carga horária de 40 horas semanais, estando a jornada diária compreendida entre 06 e 22 horas, em conformidade com o horário de funcionamento e necessidade das Unidades /Órgãos requisitantes.

Eventualmente, a prestação poderá ocorrer aos sábados, a qual será compensada mediante adoção do critério do banco de horas, sempre respeitados os limites legais, quando admitido pela legislação, de modo a alcançar o cumprimento da carga horária prevista.

Caso o horário de expediente da Unidade/Órgão seja alterado devido a circunstâncias supervenientes, poderá ser promovida a respectiva adequação nos horários da prestação dos serviços para atendimento da nova situação.

Os profissionais alocados na prestação dos serviços, de acordo com a função, deverão atender aos requisitos mínimos exigidos a seguir:

- Para o cargo de Contínuo:

1. Possuir, no mínimo, ensino fundamental completo.
2. Qualificação para o exercício das atividades que lhe forem confiadas;
3. Boa comunicação verbal e escrita;
4. Habilidade para atuar em equipe;
5. Demonstrar capacidade de adaptação a novos métodos de trabalho;
6. Ser pontual e assíduo ao trabalho;
7. Ter bons princípios de urbanidade e apresentar-se sempre com uniforme completo, limpo e com crachá;
8. Zelar pelo patrimônio;
9. Ser responsável, dinâmico e organizado;
10. Demonstrar polidez e discrição.

- Descrição das atividades:

1. Serviços básicos administrativos e de comunicação;
2. Transportar correspondências, documentos, objetos e valores nas dependências da UFBA;
3. Auxiliar na Secretaria, atendendo demandas relativas ao trabalho das unidades acadêmicas e administrativas da UFBA;
4. Operar equipamentos de escritório;
5. Entregar envelopes de correspondências e transmitir mensagens orais e escritas;
6. Realizar serviços internos e externos, entregando pequenos volumes, materiais de expediente administrativo e pequenas compras;
7. Realizar serviços de registro de correspondências;
8. Executar outras atividades de mesma natureza e grau de complexidade.

- Para o cargo de Auxiliar de Carga e Descarga:

1. Possuir, no mínimo, ensino fundamental completo;
2. Qualificação para o exercício das atividades que lhe forem confiadas;
3. Habilidade para atuar em equipe;
4. Demonstrar capacidade de adaptação a novos métodos de trabalho;
5. Ser pontual e assíduo ao trabalho;
6. Ter bons princípios de urbanidade e apresentar-se sempre com uniforme completo, limpo e com crachá;
7. Zelar pelo patrimônio;
8. Ser responsável, dinâmico e organizado;
9. Demonstrar atenção;
10. Demonstrar polidez e discrição;
11. Senso espacial e visual.

- Descrição das atividades:
 - a. 1. Acomodar materiais e volumes em caixas, prateleiras e estantes;
 - b. 2. Transportar, remover, movimentar e remanejar móveis, equipamentos, processos, livros, divisórias, caixas diversas, pacotes, material de consumo, papéis, material gráfico e outros materiais em geral, com total atenção e responsabilidade;
 - c. 3. Carregar e descarregar materiais e volumes em automóveis, caminhões, empilhadeiras e demais equipamentos de transporte;
 - d. 4. Apontar e comunicar ao Encarregado, consertos necessários à conservação de bens e instalações, providenciando, se for o caso, a sua execução, através do fiscal do contrato;
 - e. 5. Executar as demais atividades de mesma natureza e grau de complexidade inerentes ao cargo e necessárias ao bom desempenho do trabalho.

A CONTRATADA pagará diárias de viagem aos seus empregados que prestarem serviços fora da Região Metropolitana de Salvador, por dia de deslocamento, para fazer face às despesas de alimentação e estadia, nas seguintes condições:

- Será devida uma diária de viagem para cada dia de deslocamento que implique pernoite;
- Na hipótese de deslocamento para localidade fora da Região Metropolitana de Salvador que não resulte em pernoite e que o retorno à sede da CONTRATANTE ocorra após as 19h, será devido o pagamento de ½ (meia) diária;
- Na hipótese de deslocamento para localidade fora da Região Metropolitana de Salvador que não resulte em pernoite e que o retorno à sede da CONTRATANTE ocorra antes das 19h, não será devido pagamento de diária de viagem;

A Contratada deverá registrar e controlar diariamente a frequência e a pontualidade de seu pessoal conforme artigo 74, § 2º da Consolidação das Leis Trabalhistas. O controle e a fiscalização devem seguir as instruções expedidas pelo Ministério do Trabalho e Previdência, assim como permitir o acesso da fiscalização da Contratante a todo registro de controle diário.

Ademais, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

No mais, a Contratada deverá atender a todos os normativos legais vinculados aos serviços.

6. Levantamento de Mercado

A fim de encontrar a melhor solução para atender às necessidades dos setores requisitantes, buscou-se no mercado contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, em especial, por outras universidades federais, levando em conta os aspectos de eficácia, eficiência e economicidade.

Como alternativa de solução, encontrou-se as contratações realizadas pela Universidade Federal do Piauí, Pregão Eletrônico nº 16/2021 (Processo nº 23111.043112/2020-39), Universidade Federal da Fronteira Sul, Pregão Eletrônico nº 15/2021 (Processo nº 23205.009024/2021-66), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, Pregão Eletrônico nº 04/2021 (Processo nº 23260.001689/2020-86), Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Pregão Eletrônico nº 02/2021 (Processo nº 23804.000262/2021-57), Hospital Universitário do Piauí, Pregão Eletrônico nº 65/2020 (Processo nº 23524.003476/2020-41). Documentos seguem em anexo a este Estudo.

Esses pregões abarcam a contratação de serviços de apoio operacional, com dedicação exclusiva de mão de obra de, entre outros, auxiliar de carga e descarga e contínuo, para atender às necessidades específicas das Instituições, de maneira semelhante ao que se pretende com a contratação ora em voga.

Destarte, fica evidente que a contratação de apoio operacional dessa natureza é uma solução comumente utilizada no mercado, em especial, pelas universidades federais, conforme é possível inferir a partir das licitações citadas acima.

Considerando o cenário brasileiro no que tange às empresas fornecedoras de mão de obra terceirizada, tem-se que há total domínio do mercado sobre o objeto a ser contratado, vez que existem inúmeras empresas, em nível nacional, regional e estadual, disponíveis, a qualquer tempo, para atendimento desse tipo de demanda. Tal fato, por si só, confere a possibilidade de ampla participação na licitação de empresas especializadas, favorecendo a competitividade do certame e a seleção da proposta mais vantajosa.

À vista disso, após avaliação do objeto, análise dos requisitos da contratação e levantamento de mercado, restou demonstrado que a escolha do tipo de solução a contratar (pessoa jurídica especializada na prestação de serviços continuados de apoio operacional, com dedicação exclusiva de mão de obra de auxiliar de carga e descarga e contínuo, para atender às demandas das unidades/órgãos da UFBA) é viável, promove a competição e satisfaz os requisitos definidos, sendo, portanto, uma solução adequada para propiciar o atingimento dos objetivos estabelecidos.

7. Descrição da solução como um todo

A descrição da solução como um todo abrange a contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços continuados de apoio operacional, com dedicação exclusiva de mão de obra de auxiliar de carga e descarga e contínuo, para atender às demandas das unidades/órgãos da UFBA.

A contratação pretendida tem caráter continuado e é essencial, conforme já exposto no tópico “Descrição da Necessidade da Contratação”.

O serviço pretendido enquadra-se na classificação de serviços comuns, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000, e do Decreto nº 10.024, de 2019, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado.

A contratação será realizada por meio de pregão eletrônico, com regime de execução de empreitada por preço unitário, com lote/grupo único, subdividido em 03 (três) itens.

O prazo de vigência do contrato será de 12 meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei nº 8.666/1993 e desde que atendidas as exigências que forem contratualmente estabelecidas.

A solução proposta se justifica devido ao total domínio do mercado sobre o objeto a ser contratado, o que confere a possibilidade de ampla participação de diversas empresas em âmbito nacional, favorecendo a competitividade do certame e a contratação do serviço pela proposta mais vantajosa.

Ademais, durante a etapa de levantamento de mercado, observou-se que a contratação de serviços continuados de apoio operacional, com dedicação exclusiva de mão de obra de auxiliar de carga e descarga e contínuo, já é comumente utilizada pelos órgãos públicos, conforme constatado nos pregões analisados (documentos em anexo).

Por fim, a solução proposta atende de forma satisfatória as demandas dos setores requisitantes, que necessitam da mão de obra a ser contratada para auxiliar na logística e operacionalização de suas tarefas, afim de que elas possam continuar fornecendo seus serviços de maneira adequada à comunidade acadêmica.

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Para consolidação da demanda, foram utilizadas as informações e solicitações contidas nos ofícios enviados pelos setores requisitantes no qual estes especificaram suas necessidades e quantitativos, tendo como base, para o dimensionamento dos postos necessários, os horários de funcionamento, as atividades realizadas, o volume de trabalho e as necessidades específicas de cada setor requisitante para manter a rotina e a qualidade das atividades administrativas e acadêmicas.

Tendo em vista o exposto acima, a prestação do serviço será realizada por postos de trabalho distribuídos em 2 (dois) cargos, conforme tabela a seguir:

CARGO	LOCAL DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO	QUANTIDADE ESTIMADA
Auxiliar de Carga e Descarga	Coordenação de Material e Patrimônio - CMP	11
	Editores Universitários - EDUFBA	2
	Instituto de Ciências da Saúde - ICS	1
TOTAL DE POSTOS		14

Contínuo	Coordenação de Gestão Administrativa - CGA	3
	Escola Politécnica	1
TOTAL DE POSTOS		4

Considerando ainda que eventualmente os auxiliares de carga e descarga precisam se deslocar, a serviço do setor requisitante, para fora do município de Salvador, como, por exemplo, para prestar seus serviços em feiras literárias e feiras de livros das quais a EDUFBA participa, faz-se necessário a previsão de pagamento de diárias para fazer face às despesas de alimentação e estadia dos profissionais.

Para atendimento dessa demanda, foi estimado o quantitativo de 60 diárias para o cargo de auxiliar de carga e descarga.

Tais quantidades – de postos e diárias – são estimadas e não poderão ser exigidas nem consideradas como parâmetro para pagamento mínimo e poderão sofrer acréscimos ou supressões, conforme §§1º e 2º, do art. 65, da Lei nº 8.666/1993, sem que isso justifique motivo para qualquer indenização à Contratada.

9. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 756.603,24

A Instrução Normativa nº 40/2020 SEGES/ME, no art. 7º, inciso VI, estabelece que os Estudos Técnicos Preliminares devem conter obrigatoriamente as estimativas do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais.

Para a presente estimativa do valor da contratação foi observado o que estabelece o anexo V, item 2.9, alínea b, da Instrução Normativa nº 05/2017, que dispõe:

“2.9 Estimativa de preços e preços referenciais: (...)

b) No caso de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, o custo estimado da contratação deve contemplar o valor máximo global e mensal estabelecido em decorrência da identificação dos elementos que compõem o preço dos serviços, definidos da seguinte forma:

b.1. por meio do preenchimento da planilha de custos e formação de preços, observados os custos dos itens referentes ao serviço, podendo ser motivadamente dispensada naquelas contratações em que a natureza do seu objeto torne inviável ou desnecessário o detalhamento dos custos para aferição da exequibilidade dos preços praticados;

b.2. por meio de fundamentada pesquisa dos preços praticados no mercado em contratações similares; ou ainda por meio da adoção de valores constantes de indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes, se for o caso; e

b.3. previsão de regras claras quanto à composição dos custos que impactem no valor global das propostas das licitantes, principalmente no que se refere a regras de depreciação de equipamentos a serem utilizados no serviço.”

Dessa forma, considerando a ordem de prioridade estabelecida na referida Instrução, a metodologia utilizada para estimar os valores dos postos de Auxiliar de Carga e Descarga e Contínuo foi o autopreenchimento da Planilha de Custos e Formação de Preços, com base nas orientações legais constantes na Instrução Normativa nº 05/2017 - SEGES/MP, na legislação pertinente em vigor e considerando os parâmetros estabelecidos pelas convenções coletivas de trabalho em vigência no município de Salvador/BA, a saber:

- Para o cargo de Auxiliar de Carga e Descarga: Sindicato das Empresas de Serviços e Limpeza Ambiental do Estado da Bahia – SEAC/BA e Sindicato dos Condutores em Transportes Rodoviários de Cargas Próprias do Estado da Bahia - BA – SINTRACAP.
- Para o cargo de Contínuo: Sindicato das Empresas de Serviços e Limpeza Ambiental do Estado da Bahia – SEAC/BA e Sindicato dos Trabalhadores de Limpeza Urbana e de Empregados de Asseio e Conservação do Município de Salvador – SINTRAL.

De maneira similar, a metodologia utilizada para estimar os valores das diárias para o cargo de Auxiliar de Carga e Descarga foi o autopreenchimento dos módulos cabíveis da Planilha de Custos e Formação de Preços, com base nas orientações legais constantes na Instrução Normativa nº 05/2017 - SEGES/MP, na legislação pertinente em vigor e considerando os parâmetros estabelecidos pela convenção coletiva de trabalho em vigência no município de Salvador/BA, a saber: Sindicato das Empresas de Serviços e Limpeza Ambiental do Estado da Bahia – SEAC/BA e Sindicato dos Condutores em Transportes Rodoviários de Cargas Próprias do Estado da Bahia - BA – SINTRACAP.

Conforme indicado, foi apurado que o valor total estimado da contratação é de R\$ 756.603,24 (setecentos e cinquenta e seis mil, seiscentos e três reais e vinte e quatro centavos), conforme tabela detalhada abaixo:

GRUPO ÚNICO								
ITEM	DESCRIÇÃO/ POSTO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	PROFISSIONAL POR MÊS	QUANT. POR ANO	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO DO POSTO	VALOR MENSAL ESTIMADO	VALOR ANUAL ESTIMADO (12 MESES)
1	Auxiliar de Carga e Descarga	14389	Un.	14	168	R\$ 3.466,05	R\$ 48.524,70	R\$ 582.296,40

2	Contínuo	5380	Un.	4	48	R\$ 3.413,33	R\$ 13.653,32	R\$ 163.839,84
SUB TOTAL ESTIMADO				18	216	-	R\$ 62.178,02	R\$ 746.136,24
ITEM	DESCRIÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT. POR ANO		VALOR UNITÁRIO ESTIMADO DA DIÁRIA		VALOR ANUAL ESTIMADO (12 MESES)
3	Diárias para Auxiliar de Carga e Descarga	14389	Un.	60		R\$ 174,45		R\$ 10.467,00
TOTAL GERAL DO GRUPO								R\$ 756.603,24

O detalhamento da composição dos valores unitários estimados dos postos e diárias consta do documento “ANÁLISE CRÍTICA DA ESTIMATIVA DE PREÇOS REFERENCIAIS” e da Planilha de Custos e Formação de Preços, ambos anexos aos autos desse processo administrativo.

As estimativas preliminares dos preços dos itens, feitas com base no preenchimento da Planilha de Custos e Formação de Preços, no intuito de apoiar a análise de viabilidade da contratação, em especial, com respeito à relação de custo-benefício, podem ser devidamente refinadas e/ou complementadas nas etapas posteriores, se houver necessidade.

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Como justificativa para a contratação, observa-se que, para atendimento da necessidade foi constituído LOTE/GRUPO ÚNICO, subdividido em 3 (três) itens, tendo em vista a economia de escala e a viabilidade técnica e econômica, bem como o fato dos itens integrarem uma única solução, a saber: apoio operacional, com dedicação exclusiva de mão de obra de Auxiliar de Carga e Descarga e Contínuo.

Em regra, conforme § 1º do art. 23 da Lei nº 8.666/93, os serviços deverão ser divididos em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.

No entanto, a contratação em tela vislumbra um único serviço, subdividido em 3 (três) itens correlatos, de forma que a contratação em LOTE/GRUPO ÚNICO não descarta a competitividade nem o aproveitamento do mercado. Dessa forma, não é viável e produtora para a Administração Pública o parcelamento do objeto a ser contratado.

Esta Administração esclarece e justifica suas razões para promover a adjudicação em lote/grupo único:

- a. 1. O agrupamento dos itens do certame em lote/grupo único se destina a promover maior eficiência e eficácia na gestão e na fiscalização contratual, além de propiciar economia de escala, uma vez que a totalidade dos

serviços poderá ser demandada a um mesmo fornecedor, favorecendo a redução de preços e o desenvolvimento das atividades, atendendo a economicidade e eficiência do serviço a ser prestado;

- b. 1. O não parcelamento da solução em lotes dá-se em vista da possibilidade de ocorrência de prejuízos à Administração Pública em face dos riscos inerentes à própria execução e de prejuízos para o serviço demandado, pois, o objeto intentado, quando executado por vários contratados, poderá não ser integralmente ou satisfatoriamente prestado;
- c. 1. A justificativa para amparar o não parcelamento do objeto, possui subsídio por ser evidente a perda da economia de escala e a divisão do objeto não será técnica e economicamente viável (Súmula 247 do TCU). Doutro modo, o não parcelamento do objeto promoverá um melhor aproveitamento do mercado e a ampliação da competitividade;
- d. 1. Conforme orientação do Tribunal de Contas da União no Acórdão nº 1214/2013-Plenário: “deve ser evitado o parcelamento de serviços não especializados, a exemplo de limpeza, copeiragem, garçom, sendo objeto de parcelamento os serviços em que reste comprovado que as empresas atuam no mercado de forma segmentada por especialização, a exemplo de manutenção predial, ar condicionado, telefonia, serviços de engenharia em geral, áudio e vídeo, informática;”;
- e. 1. Quanto à eficiência do serviço a ser prestado, cumpre informar que a divisão em lotes poderia provocar prejuízos à gestão do serviço, em detrimento da avaliação do cumprimento das exigências contratuais e também da fiscalização técnica e administrativa do serviço;
- f. 1. Foi escolhido o LOTE/GRUPO ÚNICO de maneira a tornar a contratação técnica e economicamente viável.

O objeto pretendido, se dividido em lotes, poderia resultar em perda da economia de escala, de forma que o parcelamento da solução não favoreceria a redução de preços e não atenderia a economicidade e a eficiência daquilo que será contratado. Não haveria, portanto, em tese, uma contratação menos onerosa para a Administração em face da divisão do objeto.

O agrupamento proposto em um único lote, visa atingir economicidade na contratação, considerando que a prestação do serviço por único fornecedor implicará em menor custo, em contraposição à contratação segmentada. Pelo interesse de cada licitante em ser a única adjudicada vencedora, observa-se no mercado a tendência de redução dos valores unitários dos itens que compõem o lote único. Busca-se oferecer o menor preço global associado ao atendimento da solução completa e às exigências do Edital.

Restando evidente a pertinência do não parcelamento da solução, tendo em vista que a contratação pretendida busca lidar com um único fornecedor para a prestação do serviço, o que diminui o custo administrativo de gerenciamento de todo o processo de contratação e aumenta a eficiência administrativa desta Instituição, que busca a otimização do gerenciamento de seus contratos (Acórdão 861/2013-Plenário do TCU).

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Esta contratação irá substituir o Contrato Administrativo nº 01/2020, oriundo do Pregão Eletrônico nº 65/2016 – LOTE 2, Processo Administrativo nº 23066.063655/2019-48, que terminará em 30 de setembro de 2022. Assim, a data prevista para o início da prestação dos serviços é 01 de outubro de 2022.

Ressalta-se que, apesar do contrato vigente com o objeto semelhante, não há necessidade de a contratada promover a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas.

Doutro modo, não se verifica a necessidade de contratações correlatas e/ou interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Para a elaboração deste Estudo Técnico Preliminar, observou-se o Contrato Administrativo nº 01/2020, oriundo do Pregão Eletrônico nº 65/2016 – LOTE 2, Processo Administrativo nº 23066.063655/2019-48, que tem objeto semelhante e está atualmente em vigor.

A realização dos serviços sob o regime de execução indireta, ora em voga, alinha-se com o Plano Estratégico da UFBA estabelecido no Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2018-2022, tendo em vista que visa proporcionar uma infraestrutura fundamental e condições adequadas para fornecer ensino e educação de qualidade e em segurança para toda comunidade acadêmica, na medida em que fornece apoio operacional essencial às coordenações, órgão e unidades requisitantes, sem o qual as rotinas administrativas e atividades desenvolvidas não poderiam ser realizadas de maneira satisfatória.

Em outras palavras, a contratação pretendida é fundamental para operacionalizar diversos serviços administrativos e acadêmicos acessórios (atividades-meio) que contribuem para o alcance da excelência acadêmica e compromisso social das atividades finalísticas de ensino, pesquisa e extensão da Instituição, de acordo com os objetivos estratégicos da UFBA.

Ademais, dentre as diretrizes estratégicas da Universidade, tem-se a difusão do conhecimento, cultura, arte e assistência pública produzidos por docentes, discentes e servidores técnico-administrativos da Universidade, tornando seus processos, produtos e serviços acessíveis a segmentos mais amplos da população e a contextos mais variados, inclusive, fortalecendo as ações de difusão científica, cultural e artística via EDUFBA, a qual é um dos setores requisitantes e necessita dos serviços para manter, com qualidade, o atendimento das demandas das comunidades acadêmica e científica da Instituição.

Além disso, o serviço a ser contratado está contemplado no Plano Anual de Contratações (PAC) da UFBA e foi registrado no Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações (PGC), para o exercício de 2022, em atendimento à Instrução Normativa nº 01/2019, da Secretaria de Gestão do Ministério da Economia, aplicável por força do art. 2º da referida Instrução

13. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Considerando que estes serviços de apoio operacional são fundamentais para manutenção das atividades desenvolvidas no âmbito dos setores requisitantes, tem-se, como benefício a ser alcançado com esta contratação, o exercício regular das tarefas e rotinas administrativas e acadêmicas das unidades demandantes.

Ademais, os serviços prestados no âmbito da Coordenação de Gestão Administrativa, Coordenação de Material e Patrimônio e Editora Universitária atendem a toda Instituição e proporcionam uma infraestrutura fundamental e condições adequadas e de logística para fornecimento de ensino e educação de qualidade para a comunidade acadêmica

14. Providências a serem Adotadas

O ambiente da Universidade já se encontra adequado para que os serviços ora pretendidos sejam prestados de forma satisfatória, não havendo necessidade de modificações ou tomada de providências para que a solução a ser contratada surta seus efeitos.

Ademais, Coordenação de Gestão Administrativa (CGA), vinculada à Pró-Reitoria de Administração da UFBA (PROAD), será responsável pelo acompanhamento do contrato administrativo oriundo da contratação pretendida e já conta com uma equipe de gestão e fiscalização de contratos.

Considerando que o acompanhamento do contrato proveniente dessa contratação não necessita de qualificação especial, além das que já são habitualmente desejáveis e esperadas dos servidores investidos nas funções de gestores e fiscais de contratos, não será necessária nenhuma capacitação específica, bastando que a equipe de fiscalização se mantenha sempre atualizada quanto às legislações que regem a matéria.

15. Possíveis Impactos Ambientais

Tendo sido observado o Decreto nº 7.746/2012, avaliado e consultado o Guia Nacional de Licitações Sustentáveis e a IN nº 01/2010 SLTI /MPOG, por não haver, de forma direta, o fornecimento de materiais, tecnologias e matérias-primas não foram encontradas práticas e critérios de sustentabilidade aplicáveis diretamente ao objeto que se pretende contratar.

Contudo, tendo em vista que o serviço será prestado com fornecimento de mão de obra que ficará alocada nas instalações da Universidade, em observância ao inciso V, do art. 6º, da IN nº 01/2010 SLTI /MPOG, a Contratada deverá orientar seus empregados, inclusive através de programa interno de treinamento, a reduzirem o consumo de energia elétrica e de água e diminuírem a produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes. Deve ainda realizar ações de divulgação, conscientização e capacitação periodicamente dos seus empregados em boas práticas de redução de desperdícios e poluição.

Os empregados da contratada deverão colaborar com as medidas de redução do consumo e uso racional de água, de energia elétrica, de papel, copos plásticos e outros materiais de expediente, atuando também como facilitadores das mudanças de comportamento esperadas com estas medidas, com o intuito de mitigar quaisquer impactos ambientais

decorrentes da utilização de recursos naturais, sempre primando pelo uso consciente e evitando desperdícios. Os recursos naturais devem ser utilizados de forma otimizada e eficiente, tendo em vista práticas de sustentabilidade e de racionalização do uso de materiais e serviços.

A contratada deverá observar e zelar pela proteção à segurança e à saúde dos empregados alocados na execução dos serviços, fornecendo todos os Equipamentos de Proteção Individual – EPI conforme as normas de segurança do trabalho.

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

Esta Equipe de Planejamento declara, consoante determina o inciso XIII, do art. 7º, da IN nº 40/2020 SEGES/ME, que a contratação pretendida é viável, conforme demonstram os presentes estudos técnicos preliminares, os quais evidenciaram que a proposta de solução, ou seja, contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços continuados de apoio operacional, com dedicação exclusiva de mão de obra de Auxiliar de Carga e Descarga e Contínuo, para atender às demandas das unidades/órgãos da UFBA, mostra-se razoável e possível tecnicamente, além de ser fundamental para manter o bom andamento das rotinas, atividades e serviços desenvolvidos pelos setores requisitantes.

17. Responsáveis

PORTARIA Nº 68 - PROAD, DE 15 DE AGOSTO DE 2022 Dispõe sobre a designação de servidores para compor equipe para elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares -ETP.

ALINE SOARES WAINBERGER

Assistente em Administração

PORTARIA Nº 68 - PROAD, DE 15 DE AGOSTO DE 2022 Dispõe sobre a designação de servidores para compor equipe para elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares -ETP

DENÍLSON LUIS SILVA DE SOUZA

Assistente em Administração



Emitido em 04/08/2022

ESTUDOS PRELIMINARES (ANEXO III IN 05/2017) Nº 78/2022 - PROAD/UFBA (12.01.81)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado eletronicamente em 24/08/2022 10:30)

ALINE SOARES WAINBERGER

ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO

CGA/PROAD (12.01.69)

Matrícula: 3051824

(Assinado eletronicamente em 23/08/2022 10:30)

DENILSON LUIS SILVA DE SOUZA

CHEFE

NUPAT/CMP (12.01.10.05)

Matrícula: 1907418

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ufba.br/public/documentos/> informando seu número: **78**, ano: **2022**, tipo: **ESTUDOS PRELIMINARES (ANEXO III IN 05/2017)**, data de emissão: **23/08/2022** e o código de verificação: **823a4c758f**